

RELATÓRIO FINANCEIRO - SINDJUSTIÇA

Desde o início de nossa gestão, no dia primeiro de janeiro, estamos empenhados em consertar as contas deixadas pela gestão anterior, já que os números, saldos e documentos apurados até agora são extremamente preocupantes. O valor que encontramos em caixa não é suficiente para pagar as contas ordinárias do mês, o que nos obrigou a fazer diversos remanejamentos, adiamentos e suspensões temporárias de pagamentos. Vejam abaixo alguns dos motivos:

1) USO IRREGULAR DO FUNDO DE GREVE

Estatuto da categoria – artigo 82, § 1º: *“A destinação das verbas do Fundo de Greve será definida por assembleias, realizadas quando da deflagração de greve, devendo ser utilizadas, prioritariamente, para empréstimo aos servidores em caso de descontos ou retenção de suas remunerações em razão da participação no movimento grevista”*.

Nos dias 11 e 14 de novembro de 2019, a diretoria anterior utilizou 300 mil reais do Fundo de Greve, de maneira irregular e sem autorização, para pagar despesas correntes, porque o mau uso dos recursos do Sindicato fez com que não houvesse dinheiro em caixa. No dia 29 do mesmo mês, quando o Tribunal fez o repasse das contribuições sindicais, a diretoria repôs os 300 mil ao Fundo de Greve. No entanto, este valor fez falta para o pagamento das contas do mês seguinte e isso gerou um efeito “bola de neve”. Desde então, todos os meses, a diretoria anterior passou a utilizar o Fundo de Greve irregularmente para cobrir as despesas. E o dinheiro do Fundo de Greve foi usado para diversos fins, como o pagamento de mensalidade à empresa de comunicação terceirizada de Curitiba, no valor de R\$ 46.618,12 em um dos meses, reembolso de despesa de diretores, eleição, fatura do cartão de crédito corporativo, ação trabalhista e até a “auditoria”, que custou 50 mil reais à categoria, foi paga com recursos do Fundo de Greve e do Fundo Contingencial, irregularmente.

UTILIZAÇÃO IRREGULAR DO FUNDO DE GREVE

Utilização 11/11/19 – 200.000,00

Utilização 14/11/19 – 100.000,00

Devolução 29/11/19 – 100.000,00

Devolução 29/11/ - 200.000,00

Utilização 12/12/19 – 100.000,00

Utilização 19/12/19 – 50.000,00

Utilização 20/12/19 – 100.000,00

Devolução 06/12/19 – 150.000,00

Devolução 27/12/19 - 80.000,00

Devolução 06/02/20 - 20.000,00

Utilização 17/01/20 – 100.000,00

Devolução 31/01/20 – 100.000,00

Utilização 12/02/20 – 80.000,00

Utilização 19/02/20 – 21.000,00

Devolução 28/02/20 – 80.000,00

Devolução 28/02/00 – 21.000,00

Utilização 12/03/20 – 150.000,00

Devolução 01/04/20 – 150.000,00

Utilização 20/04/20 – 35.000,00

Devolução 30/04/20 – 35.000,00

Utilização 25/05/20 – 72.708,62

Devolução 29/05/20 – 72.708,62

Utilização 16/06/20 – 150.000,00

Devolução 30/06/20 – 150.000,00

Utilização 08/07/20 – 122.190,95

Devolução 03/08/20 – 122.190,95

Utilização 14/07/20 – 80.000,00

Devolução 31/07/20 – 80.000,00

Utilização 11/08/20 – 190.000,00 (Ação contra condomínio 5.850 + Pagamento à empresa terceirizada de comunicação de Curitiba 46.618,12 + Unimed Rio 3.880 + Eleição Sind 30.000,00 etc)

Devolução 01/09/20 – 190.000,00

Utilização 09/09/20 – 285.000,00 (Eleição Sind 50.000,00 + Parcela 1/5 Auditoria 10.000,00 + cartão de Crédito Corporativo 16.488,21 etc)

Devolução 30/09/20 – 285.000,00

Utilização 09/10/20 – 325.000,00 (Reembolso de diretora + pagamentos diversos)

Devolução 30/10/20 – 162.500,00

Devolução 03/11/20 – 162.500,00

Utilização 12/11/20 – 120.000,00 (Cartão de Crédito e outros)

Devolução 30/11/20 – 120.000,00

Utilização 17/11/20 – **338.578,24** (Pagamento de Ação Trabalhista)
ESTE VALOR NÃO FOI DEVOLVIDO AO FUNDO

Utilização 27/11/20 – 168.217,00 (Eleição Sind)
Devolução 18/12/20 – 168.217,00

Utilização 09/12/20 – 193.686,71 (?)
Devolução 16/12/20 – 193.686,71
Utilização 09/12/20 – 36.551,11 (Eleição Sind)
Devolução 30/12/20 – 36.551,11
Utilização 14/12/20 – 20.000,00
Devolução 30/12/20 – 20.000,00

2) FUNDO CONTINGENCIAL

Estatuto do Sind-Justiça, artigo 83: *“A Diretoria Executiva Colegiada é obrigada a reservar, todos os meses, 5% (cinco por cento) da receita originária do Sindicato para formar o Fundo de Reserva Contingencial, **destinado somente ao pagamento de despesas com ações judiciais e dívidas trabalhistas.**”*

Quando a antiga diretoria assumiu, em janeiro de 2018, encontrou um saldo no Fundo Contingencial de 727.443,68. Entre 2018 e 2020, por determinação do estatuto, foram feitos depósitos no Fundo da ordem de 1.398.338,28. Ao longo dos 3 anos, a conta ainda recebeu os rendimentos de aplicações financeiras.

No entanto, com a má gestão dos recursos regulares da conta-corrente do Sindicato, a diretoria anterior passou a utilizar os recursos do Fundo Contingencial para o pagamento de despesas correntes. Veja algumas despesas pagas irregularmente com recursos do Fundo Contingencial neste período:

- Doação para chapa 3 de oposição na eleição do Sindicato do Maranhão 3.000,00
- Empresa de Comunicação de Curitiba (vídeos convocando greve geral) 14.276,68
- Parcela da “Auditoria” encomendada durante as eleições sindicais (pagamento feito no dia 30 de dezembro, último dia da gestão anterior - 20.000,00)
- Alimentação no Restaurante Xodó (pago no dia 30 de dezembro, último dia de gestão) 5.018,00
- Divulgação de atos 27.769,60
- Festividades 15.000,00
- Brindes 37.000,00
- Mensalidade da Fenajud 21.000,00
- Nova compra de brindes (mouse pad) 12.250,00
- INSS 49.104,08

- Consultoria junto à Receita 30.000,00
- Empréstimos a outros sindicatos 60.000,00
- Festa de final de ano em Campos 8.000,00
- Festa de final de ano em Volta Redonda (churrasqueiro 3.520,00, açougue 5.000,00, bebidas 2.000,00 músico 1000,00, aluguel do espaço “Outro Nível” 3.000,00 etc)
- Confraternização 23.192,38
- Doação para Frente Parlamentar Mista 3.000,00
- Publicidade, banda de música, despesas de diretora, outdoor, camisas, hotel etc

Como utilizaram o saldo do Fundo Contingencial para todo tipo de despesa, quando houve necessidade do pagamento de uma dívida trabalhista, não havia saldo no Fundo criado para este fim. Então, pagaram dívidas trabalhistas com o dinheiro do Fundo de Greve, irregularmente. Ao assumirmos, nos deparamos com mais uma parcela de dívida trabalhista, no valor de 98.000,00, sem que houvesse saldo nesta conta para a quitação. Por isso, fomos obrigados a adiar o pagamento para o dia 30, para pagar a dívida com o repasse de janeiro. E temos uma nova dívida trabalhista que vence nos próximos dias, no valor de R\$ 40.000,00. E o saldo atual do Fundo Contingencial é apenas o valor do depósito que fizemos neste mês, cumprindo a obrigação estatutária.

3) EMPRESA “JUNIOR”

A diretoria anterior contratou “Empresas Juniores” para realizar alguns serviços questionáveis, geralmente pagando caro e de forma antecipada:

- a) NOVO SISTEMA DE CADASTRO - No dia 29 de novembro de 2019 (apenas 18 dias após terem usado irregularmente o Fundo de Greve para cobrir o caixa do Sindicato e, portanto, já cientes de que não havia dinheiro), a diretoria anterior contratou a empresa Junior de uma Universidade para criar um “novo sistema de cadastro” para o Sindicato, pagando ANTECIPADAMENTE o valor total do contrato, no montante de 36.900,00. Até hoje, não há qualquer cadastro novo no Sindicato. Entramos em contato com os adolescentes da empresa, que informaram que se reportavam diretamente à ex-diretora de Formação Sindical e que teriam repassado para ela, por whatsapp, um link de acesso ao sistema que teriam criado. Depois de muita insistência, encaminharam-nos o link e se comprometeram a vir pessoalmente ao Sindicato para conversar, o que até hoje não foi feito. Os funcionários de TI do Sindicato analisaram o programa e constataram que se trata de um sistema simples, que demandaria poucas horas de trabalho, não possuindo maior utilidade para a entidade, não se justificando o gasto absurdo de 36.900,00 pelo serviço.

- b) CONTRATO PARA REALIZAÇÃO DE “PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL” – Em 10 de outubro de 2019, o Sind-Justiça contratou outra empresa Junior, desta vez para realizar uma “pesquisa de clima organizacional” entre os funcionários do Sindicato. O valor do contrato foi de 3.420,47, pagos antecipadamente. Não logramos localizar o resultado deste trabalho.
- c) CONTRATO PARA ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE CARGOS - A mesma empresa Junior assinou outro contrato com o Sindicato para fazer “análise e descrição de cargos e plano de cargos e salários”, no valor de 3.521,00. Também não conseguimos localizar até o momento o resultado do trabalho contratado, eis que não houve implantação de plano de cargos e salários no Sindicato.

4) DÍVIDA COM A RECEITA FEDERAL

Em 03 de setembro de 2018, o Sindicato contratou um ex-funcionário da Receita Federal para providenciar a “restituição ou compensação” de dívidas do Sindicato junto à Receita, no montante de um milhão de reais, serviço pelo qual receberia 10% da quantia que fosse compensada ou restituída, se houvesse ÊXITO no pedido.

6 meses depois, em 30 de março de 2019, foram pagos ao Contratado os “honorários de êxito”, no valor de 100.000,00, em 10 parcelas de 10 mil reais. Como não localizamos nenhum documento que comprovasse a efetiva restituição ou a compensação da dívida, questionamos o contador, que informou que o Contratado “teria sido informado por um colega da Receita Federal de que a dívida seria compensada e que tal informação não poderia ser impressa para informar ao Sindicato”.

Tivemos acesso a um e-mail do Contratado, datado de 11/01/2021 (há poucos dias), com o seguinte teor: *“Segue o processo no qual pedimos as compensações dos créditos dos 163 PER com débitos do Sindicato. **Ainda não recebemos resposta da Receita Federal sobre este pedido**”*. Ao que parece, ainda não houve sucesso na empreitada, mas o Contratado já recebeu do Sindicato, desde 2019, os 100.000,00 a título de “êxito”. Questionado por nós, o contador informou que alertou a diretoria anterior.

Recebemos no domingo, 24 de janeiro, uma mensagem do Contratado, informando que está preparando um relatório com as suas atividades. Explicamos que queremos no momento, principalmente, a comprovação da efetiva “compensação ou restituição” da dívida, conforme previsto em contrato, que justifique o pagamento já efetuado dos 100 mil reais que seriam devidos apenas como “taxa de êxito”.

5) “AUDITORIA” CONTRATADA DURANTE AS ELEIÇÕES

Durante a campanha eleitoral do Sindicato, a diretoria anterior decidiu encomendar uma “auditoria” sobre as contas da entidade no período de 2012 a 2020, em busca de alguma informação que pudesse ser usada na campanha eleitoral. Nada de errado foi achado nas nossas gestões anteriores (e nem poderia). No entanto, a “auditoria” foi integralmente paga, no valor de R\$ 50.000,00. Dentre os serviços contratados, constam auditoria e revisão tributária, fiscal e trabalhista, revisão dos fundos de greve e do fundo de contingência (fundos que, ironicamente, foram usados irregularmente para pagar a própria auditoria), revisão e auditoria dos contratos de terceiros etc. A empresa teria examinado os documentos de 9 anos de gestão, que foram auditados à distância em cerca de 2 meses de trabalho. Por algum motivo, a diretoria anterior foi embora sem sequer divulgar à categoria o resultado desta auditoria.

6) OBRAS

Nos últimos meses de 2020, já cientes da situação caótica do caixa do Sindicato e sem ter como pagar sequer as despesas correntes sem se socorrer irregularmente do Fundo de Greve e do Fundo Contingencial, a Diretoria anterior decidiu gastar com a “revitalização” da recepção, com obras equivocadas, como a colocação de uma porta caríssima fechando o acesso ao jurídico (o que tivemos que desfazer, por motivos óbvios), além de entulhar a sala de lazer dos aposentados com mesas e uma “cadeira de massagem”, sem utilidade em plena pandemia, papel de parede e outros gastos desnecessários, em obras que superaram o valor de 100 mil reais.

7) RÁDIO E ESTÚDIO DE TV

A diretoria anterior construiu um estúdio de TV e uma rádio dentro do Sindicato. O balcão e as prateleiras da recepção do estúdio custaram 18.800,00. Mais tarde, eles mudaram de idéia e o balcão foi cortado e adaptado para a recepção principal do Sindicato. O isolamento acústico, piso etc do estúdio custaram mais 71.500,00. No total, foram gastos cerca de 100 mil reais num estúdio que nunca funcionou e uma rádio que não tem utilidade, porque não há conteúdo para manter uma rádio no ar.

8) OUTDOORS

Havia previsão de uma paralisação de servidores públicos em um único dia, em 2018. O Sind-Justiça gastou com outdoors para divulgação desta paralisação 86.560,00. Em 2019, previsão de greve geral no dia 14 de junho. Novamente, paralisação de um único

dia. A diretoria anterior gastou, desta vez, 92.500,00 em outdoors. O motivo da paralisação era justo, mas o gasto da diretoria foi desproporcional e irresponsável, atingindo cerca de 180 mil reais com outdoors para eventos que durariam um único dia.

9) CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

A diretoria anterior utilizava cartões de crédito corporativos, que ficavam em poder de alguns diretores. A fatura era vinculada diretamente à conta em que o Tribunal faz o repasse das contribuições para o Sindicato. Com isso, não havia no Financeiro ou na Contabilidade do Sindicato nenhum controle, nota fiscal ou comprovante das despesas realizadas no cartão. Pedimos ao banco que nos fornecesse as faturas, o que só foi feito ontem. A nossa primeira medida ao assumir o Sindicato foi determinar o encerramento deste cartão, cujas faturas chegaram a 38 mil reais em um único mês e uma das faturas, no valor de R\$ 20.000,00 foi debitada agora em janeiro, já em nossa gestão. Somente nos últimos 4 meses da gestão anterior, as faturas alcançaram cerca de 100 mil reais.

10) DESPESAS DO ÚLTIMO DIA DA GESTÃO ANTERIOR

No último dia de gestão (30/12/2020), os integrantes da diretoria anterior apresentaram muitas notas de reembolso. Chamam a atenção algumas situações:

- a) Uma diretora apresentou 13 notas de táxi, todas no valor igual de R\$ 200,00, totalizando 2.600,00, sob a rubrica de “trabalho realizado no Sind-Justiça nos dias 1,2,3,4,7,8,9,10,12,14,15,17 e 29 de dezembro, além de outras despesas com alimentação nestes dias, totalizando um reembolso de 3.461,00. Como todos sabem, a eleição sindical ocorreu nas duas primeiras semanas de dezembro, mesmo período das despesas “a serviço do Sindicato”.
- b) Outra diretora recebeu reembolso por gastos com a “recuperação e pintura das duas laterais traseiras, portas dianteira e traseira” do seu veículo, no valor de R\$ 2.000,00.
- c) Foi paga uma conta do Sindicato no Restaurante Xodó, no valor de R\$ 3.321,40. E recebemos hoje, 02/02/2021, uma outra fatura do Xodó referente a cervejas, com data de dezembro.
- d) Em dezembro, foi divulgado um vídeo com as supostas “conquistas” da gestão anterior, que trazia imagens simples do Sindicato, que qualquer celular faria, sem custos. No entanto, por esta filmagem, foi pago no último dia de gestão o valor de R\$ 4.600,00. A diretoria anterior pagou também a um profissional para fazer a cobertura da apuração das eleições e diversas outras filmagens ao longo da gestão, porque a empresa contratada pelo Sindicato para prestar serviços de comunicação não tinha estrutura para fazer gravações.

11) ASSESSOR PARTICULAR DO EX-DIRETOR JURÍDICO

Mesmo em meio a este caos financeiro, o ex-Diretor Jurídico contratou um amigo pessoal para prestar serviços de “assessoria de comunicação”, pelo valor de 2.500,00 mensais. O último pagamento a ele foi feito no dia 30 de dezembro, último dia de gestão, totalizando, no período do contrato, um gasto de 42.500,00 para prestar o mesmo serviço para o qual o Sindicato já havia contratado uma empresa terceirizada de Curitiba, cujas faturas chegavam a até 40 mil reais num único mês. E, após a rescisão desta empresa, contratou outra, por 15 mil mensais, também para fazer a comunicação do Sindicato.

12) PAGAMENTO DE ADVOGADO PARTICULAR PARA EX-DIRETOR JURÍDICO DO SINDICATO

O ex-diretor jurídico do Sindicato respondeu a um processo por assédio moral. Mesmo que a acusação tivesse sido injusta e no exercício da função sindical (o que não parece ser o caso, pois o Diretor se desculpou com a servidora para arquivar o processo), o Sindicato possui diversos advogados com larga experiência em assédio moral, já que defendemos servidores contra o assédio o tempo todo. Mas o Sindicato optou por contratar um advogado particular para defendê-lo, pagando 5.600,00 de honorários.

13) EMPRÉSTIMO PESSOAL DE 21 MIL REAIS A DIRETOR

Um dos diretores da última gestão fez um empréstimo pessoal no Sindicato em 08 de agosto de 2019, no valor de 21 mil reais. Os pagamentos seriam feitos nos meses seguintes, em regra pagando mil reais por mês, inexistindo comprovação de pagamento nos meses de março, abril, junho e setembro de 2020. Em 22 de dezembro de 2020, último mês de gestão, houve a quitação da dívida, após o pagamento final dos 5.000,00 que estavam pendentes.

14) PASSAGENS AÉREAS

Um dos maiores gastos da gestão anterior foi com passagens aéreas para diretores, servidores e para estranhos à categoria. Essas viagens geralmente eram acompanhadas de despesas com hotel e alimentação, incluindo diversas despesas com um servidor do Tribunal do Maranhão, amigo pessoal do diretor jurídico. O Sindicato pagava também as passagens de avião entre Curitiba x Rio para os donos da empresa terceirizada de comunicação de Curitiba, bem como despesas com alimentação dos empregados desta empresa, que recebeu mais de 500 mil reais do Sindicato durante a vigência do contrato.

15) PAGAMENTO DE CONTRATO A EX-ADVOGADO DO SINDICATO

O Sindicato pagou os honorários particulares de um advogado, no valor de R\$ 17.000,00, contratado por uma servidora para defendê-la em um Processo Administrativo Disciplinar. Este mesmo advogado já está recebendo do Sindicato centenas de milhares de reais em uma ação trabalhista movida contra o próprio Sind-Justiça.

16) NOVAS DOAÇÕES E EMPRÉSTIMOS

Já havíamos denunciado os empréstimos e doações irregulares para o Sindicato dos Bancários do Maranhão, para o carnaval de Campos, para patrocinar a peça de teatro Chapeuzinho Vermelho e para diversas entidades. No entanto, houve muito mais doações/empréstimos. Além de interferir financeiramente e de forma imoral nas eleições do Sindicato dos servidores da Justiça do Maranhão, a diretoria anterior também emprestou/doou dinheiro para chapas de oposição nas eleições dos Sindicatos do Rio Grande do Sul (5.000,00), Rio Grande do Norte (5.000,00) e Bahia (35.000,00), pelo menos. Nenhum destes valores foi devolvido até o momento. Estamos entrando em contato com os beneficiários dos empréstimos para cobrar a devolução. Além disso, uma amiga pessoal de um diretor tinha por rotina pegar empréstimos com o Sindicato para “despesas pessoais” e, quando quitados, pegava novos empréstimos, sucessivamente.

17) EMPRESA DE CURITIBA

A empresa terceirizada de comunicação, de Curitiba, contratada na gestão anterior e que rescindiu o contrato quando veio à tona o escândalo do perfil fake criado na página do Sindicato para atacar os servidores, tinha um contrato pelo qual o Sindicato pagaria mensalmente 14.100,00, mas muitos serviços não estavam incluídos. Com isso, quando era preciso fazer a revista do Sindicato, por exemplo, além dos 14.100,00 contratuais, o Sind pagava mais 800,00 por cada página diagramada. A fatura de maio de 2019, por exemplo, foi de R\$ 22.700,00, sendo cerca de 8.600,00 além do contrato por conta da revista. Em outros meses, a fatura chegou a cerca de 40 mil reais num único mês, com “serviços extras” e uma lucrativa cláusula em que qualquer serviço após as 18h era pago como hora extra. Em algumas ocasiões, a empresa foi paga com recursos do Fundo de Greve ou do Fundo Contingencial, irregularmente.

18) ANIVERSÁRIOS DE DIRETORES DO SINDICATO

Em 07/07/2018, consta a compra de pizza família e torta para a festa de aniversário de um diretor do Sindicato, no valor de 456,00

Em 15 de maio de 2019, consta a compra de um bolo de 4Kg, 300 salgados e 100 docinhos para a festa de aniversário de um Diretor Geral do Sindicato, no valor de 675,70.

19) CONDUÇÃO DE DIRETORES

Diversos diretores iam e vinham de suas casas, em Campos, de táxi, que custavam 600 ou 700 reais cada viagem, ou eram levados e buscados em casa por motoristas do Sindicato, gerando, além das despesas naturais com combustível e pedágio, horas extras e alimentação para o motorista. E isso ocorria com frequência já em 2019, bem antes da Pandemia, ao contrário do que foi alegado durante a campanha eleitoral. O motorista, para levar e buscar o diretor em casa, recebia ajuda de alimentação, no valor de R\$ 50,00 mais diária de R\$ 250,00 a cada viagem.

20) ALUGUEL DE DIRETORA

O Sindicato pagava o aluguel em Niterói de uma ex-diretora que trabalhava a 400 Km de distância do Sindicato e assinava ponto em sua comarca de origem. A situação perdurou por diversos meses, até o fato vir à tona.

MEDIDAS EMERGENCIAIS

Em caráter emergencial, nos primeiros dias de nossa gestão cortamos alguns contratos, como a manutenção de ar condicionado e a manutenção de ramais telefônicos, a empresa de comunicação que custava 15 mil reais por mês e o assessor particular de um ex-diretor, que custava 2.500,00 por mês, além de outros cortes pontuais de despesas em contratos e através de uma campanha interna de contenção de despesas. Encerramos também o contrato com o assessor tributário e o contrato com um assessor parlamentar. Além disso, comunicamos à Fenajud, Dieese e DIAP que suspenderemos o pagamento a estas entidades durante os próximos 3 meses, a fim de colocar em dia as nossas finanças.

Não podemos e não vamos usar o Fundo de Greve para cobrir despesas correntes, prática adotada irregularmente pela gestão anterior para esconder a péssima administração. Pensamos em consultar o Conselho Fiscal previamente, em respeito ao órgão, mas, dado o desinteresse e agressividade desnecessária de um dos seus membros e a impossibilidade de comparecimento dos demais, estamos trazendo o assunto diretamente à categoria.

Todos os diretores e funcionários estão cientes das dificuldades que encontramos e todos estamos empenhados em economizar, sem que isso signifique perda da qualidade do atendimento prestado ao servidor. Os funcionários estão dando o melhor de si para que a entidade recupere a credibilidade e os diretores vêm trabalhando

frequentemente até às 22h e temos trabalhado durante os finais de semana para que o Sind-Justiça volte o quanto antes a ser um motivo de orgulho para a categoria.

CONCLUSÃO

A diretoria anterior havia herdado em 2018 um Sindicato organizado, saneado, com saldo em caixa e contas em dia. Só precisava administrar.

Mesmo após ter usado irregularmente o Fundo de Greve e o Contingencial, a diretoria anterior continuou assumindo gastos enormes com empresas de comunicação (até 40 mil por mês), transporte de diretores, doações e empréstimos para amigos e chapas concorrentes em eleições de outros estados, cartão corporativo, criação de Rádio sem qualquer utilidade, reformas de fachada, contratos inúteis e outros gastos incompatíveis com a finalidade do Sindicato e muito distantes de uma gestão eficiente.

Por outro lado, gastos necessários como a reforma do vazamento que inundou metade do andar superior do Sindicato não foram feitos e precisaremos corrigir isso agora, porque as salas da saúde, imprensa, arquivo e esporte e lazer estão inutilizadas, por falta de condições.

O resultado desta irresponsabilidade é que no saldo do Fundo de Greve faltam hoje 338 mil reais, utilizados indevidamente para o pagamento de dívida trabalhista e que não foram repostos, o Fundo Contingencial está praticamente zerado e o caixa do Sindicato apresenta um déficit de cerca de 300 mil reais, o que dificulta o pagamento de despesas correntes.

Houve um número grande de desfilições na gestão anterior e precisamos que estes colegas que se desfiliaram retornem e que outros se filiem, porque temos muitas lutas pela frente e precisamos de um Sindicato forte para enfrentá-las.

Todos os documentos que corroboram a narrativa acima estão à disposição do Conselho Fiscal e dos servidores interessados.

Vamos encaminhar ao Conselho de Ética o presente relatório, para que tome as providências que entender cabíveis em relação aos fatos narrados, apure junto aos

membros do Conselho Fiscal da gestão anterior como foi possível não terem visto o que acontecia e apure o comportamento e o desconhecimento de suas funções por parte do membro do Conselho Fiscal atual.

Por fim, não se está imputando aqui a prática de crime a qualquer dos integrantes da gestão anterior, mas de evidente má gestão dos recursos, cabendo ao Conselho de Ética apurar os fatos e aos integrantes da gestão anterior dar as devidas explicações, inclusive, e principalmente, os que não tinham poder decisório.

Preocupa-nos tão somente que a categoria esteja ciente da realidade que encontramos e que os envolvidos se expliquem, em respeito à categoria. Vamos recuperar as contas e a credibilidade do Sind-Justiça, como já fizemos uma vez. E vamos trabalhar muito, para que nunca mais o Sindicato seja administrado por pessoas irresponsáveis.

SIND-JUSTIÇA

DIREÇÃO GERAL

Alzimar Andrade

André Parkinson

Magali Monteiro